

Infraestrutura Brasil Holding I S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Administração e aos Acionistas da
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Capital circulante negativo

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$564.263 mil na Controladora e R\$554.824 mil no Consolidado em 31 de dezembro de 2023. Esse fator indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, a qual depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Concentração da receita de venda de energia

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual menciona que a receita de venda de energia da Companhia é concentrada em um único cliente. Desta forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia devem ser avaliadas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto à redução ao valor recuperável (“impairment”) dos ativos

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.6, nº 9 e nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicativos de riscos de valor recuperável dos seus ativos, sendo ativo imobilizado e ativo intangível. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas aos fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Esses ativos são referentes à planta fotovoltaica adquiridas em dezembro de 2020.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria, pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável dos ativos; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade do modelo de avaliação e metodologia e taxa de desconto utilizada pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o teste e desafio das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; (iv) teste da acuracidade matemática do fluxo de caixa descontado; e (v) a avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no seu teste, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ativos.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a falha no desenho e implementação do processo de revisão da análise de redução ao valor recuperável destes ativos, que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e alterar a natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável dos ativos, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

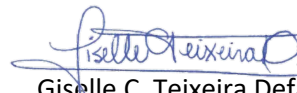
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.609	16.928	60.829	45.528	Fornecedores	11	447	704	5.922	6.256
Contas a receber	6	-	-	16.831	13.903	Empréstimos e financiamentos	16	567.532	176.545	614.987	221.951
Impostos a recuperar		413	264	569	476	Debêntures	17	-	306.003	-	306.003
Despesas antecipadas		59	10	2.016	1.853	Obrigações trabalhistas		12.559	11.691	12.648	11.837
Partes relacionadas	15	1.524	2.263	1.524	2.273	Tributos e contribuições sociais a recolher	12	13	8	2.917	2.325
Adiantamentos		157	489	2.771	1.181	Passivos de arrendamentos	14	474	155	474	155
		16.762	19.954	84.540	65.214	Encargos com energia elétrica	13	-	-	2.416	2.532
								581.025	495.106	639.364	551.059
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	44.981	44.314	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	988.428	986.944
Investimentos	8	372.598	384.392	-	-	Passivos de arrendamentos	14	654	-	654	-
Imobilizado	9	1.408	541	1.267.273	1.315.142	Provisão para riscos	18	-	-	1.737	57
Intangível	10	9	14	42.487	23.186			654	-	990.819	987.001
		374.015	384.947	1.354.741	1.382.642						
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19				
						Capital social		850.000	750.001	850.000	750.001
						Capital social a integralizar		(616.741)	(538.741)	(616.741)	(538.741)
						Prejuízos acumulados		(424.161)	(301.465)	(424.161)	(301.464)
								(190.902)	(90.205)	(190.902)	(90.204)
TOTAL DO ATIVO		390.777	404.901	1.439.281	1.447.856	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		390.777	404.901	1.439.281	1.447.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacionais		-	-	180.543	161.610
Deduções das receitas operacionais		-	-	(8.136)	(7.593)
RECEITA LÍQUIDA	20	-	-	172.407	154.017
Custos com energia elétrica	21	-	-	(34.911)	(26.353)
Custos de operação	21	-	-	(64.768)	(69.457)
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		-	-	(99.679)	(95.810)
RESULTADO BRUTO		-	-	72.728	58.207
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	22	(18.356)	(18.086)	(21.462)	(19.512)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(31.073)	(63.032)	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(49.429)	(81.118)	51.266	38.695
Receitas financeiras		800	1.019	9.467	12.009
Despesas financeiras		(74.067)	(64.132)	(177.220)	(188.023)
RESULTADO FINANCEIRO	23	(73.267)	(63.113)	(167.753)	(176.014)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(122.696)	(144.231)	(116.487)	(137.319)
Imposto de renda e contribuição social corrente	24	-	-	(6.209)	(6.912)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(122.696)	(144.231)	(122.696)	(144.231)
Prejuízos básico e diluído por lote de mil ações - em R\$	19.c)	(0,1574)	(0,2123)	(0,1574)	(0,2123)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(122.696)	(144.231)	(122.696)	(144.231)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(122.696)</u>	<u>(144.231)</u>	<u>(122.696)</u>	<u>(144.231)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Integralizado	A integralizar		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		650.001	(438.741)	(157.234)	54.026
Redução de capital em 15 de setembro de 2022		(438.741)	438.741	-	-
Aumento de capital em 15 de setembro de 2022		538.741	(538.741)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(144.231)	(144.231)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		750.001	(538.741)	(301.465)	(90.205)
Redução de capital em 15 de setembro de 2023	19	(533.742)	533.742	-	-
Aumento de capital em 15 de setembro de 2023	19	633.741	(633.741)	-	-
Integralização de capital em 15 de setembro de 2023	19	-	21.999	-	21.999
Prejuízo do exercício		-	-	(122.696)	(122.696)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>850.000</u>	<u>(616.741)</u>	<u>(424.161)</u>	<u>(190.902)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(122.696)	(144.231)	(122.696)	(144.231)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	8	31.073	63.032	-	-
Depreciação e amortização	9	1.340	686	49.820	54.606
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	16 e 17	72.682	58.815	163.655	163.500
Amortização dos custos de transação	16	405	1.280	964	1.861
Juros sobre passivos de arrendamentos	14	34	13	34	13
Baixa de intangível e imobilizado líquidos				272	902
Provisões		-	60	-	1.146
Provisão para riscos	18	-	-	43	(198)
(Aumento) diminuição dos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	-	-	(2.928)	(1.985)
Impostos a recuperar		(149)	286	(93)	124
Despesas antecipadas		(49)	117	(163)	11
Partes relacionadas	15	739	7.839	749	7.798
Adiantamentos		332	(58)	47	(740)
Demais ativos		-	810	-	2.014
Aumento (diminuição) dos passivos operacionais:					
Fornecedores	11	(262)	336	(334)	(21.158)
Tributos e contribuições sociais e recolher	12	5	(54)	5.216	4.839
Obrigações trabalhistas		868	4.665	811	4.651
Encargos com energia elétrica	13	-	-	(116)	2.532
Estoque de terceiros		-	-	-	(172)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(15.678)	(6.404)	95.281	74.611
Juros pagos	16 e 17	(14.403)	(34.154)	(57.158)	(69.548)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(4.629)	(5.946)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(30.081)	(40.558)	33.494	(883)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	(667)	694
Adições ao imobilizado	9	(47)	(142)	(47)	(490)
Adições ao intangível	10	-	-	(20.045)	-
Investimentos em controladas	8	(20.000)	902	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		(20.047)	760	(20.759)	1.106
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de passivos de arrendamentos	14	(490)	(446)	(490)	(446)
Aumento de capital	19	21.999	-	21.999	-
Captação debêntures	17	-	298.200	-	298.200
Captação de empréstimos	16	324.500	49	324.500	49
Amortização de empréstimos	16	(298.200)	(264.000)	(343.443)	(307.009)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		47.809	33.803	2.566	(9.206)
(DECRÉSCIMO) ACRÉSCIMO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.319)	(5.995)	15.301	(8.983)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16.928	22.923	45.528	54.511
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		14.609	16.928	60.829	45.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding I S.A. (“Companhia” ou “IBH I”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de junho de 2018, com sede foro na Rua Dr. Campos Bicudo, 98 - 4º andar, na cidade de São Paulo e estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia tem como controladora direta o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 20 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da empresa Sol do Sertão Holding S.A. (“Sol do Sertão”), esta que detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (“SPE”): Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A. (“OB I”), Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. (“OB II”) e Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A. (“OB III”).

As SPEs, que fazem parte do Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão, cujo propósito específico é a geração de energia solar, estão localizadas em Oliveira dos Brejinhos, estado da Bahia e possuem capacidade instalada total de 475,760 MWp, sendo 163,850 MWp da OB I, 171,773 MWp da OB II e 140,137 MWp da OB III. As SPEs possuem prazo de autorização de 35 anos e entraram em operação conforme quadro a seguir:

<u>SPE</u>	<u>Projeto</u>	<u>Entrada em operação comercial</u>	<u>Resolução Autorizativa</u>
OB I	Terra Sol XI	21/08/2021	nº7.998 de 23 de julho de 2019
OB I	UFV Terra do Sol VII	19/10/2021	nº8.003 de 23 de julho de 2019
OB I	Sol do Sertão XXXVI	21/08/2021	nº8.002 de 23 de julho de 2019
OB II	UFV Sol do Sertão XII	16/10/2021	nº7.999 de 23 de julho de 2019
OB II	Sol do Sertão VIII	01/09/2021	nº7.996 de 23 de julho de 2019
OB III	Sol do Sertão XXXV	21/08/2021	nº8.001 de 23 de julho de 2019
OB III	Sol do Sertão XIII	21/08/2021	nº7.997 de 23 de julho de 2019
OB III	UFV Sol do Sertão XIV	19/10/2021	nº8.000 de 23 de julho de 2019

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

Continuidade das operações

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$564.263 na Controladora e R\$554.824 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$475.151 na Controladora e R\$485.845 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022), decorrente substancialmente dos financiamentos adquiridos para o custeio da construção da infraestrutura de geração solar de suas controladas indiretas.

A Companhia conta com uma estrutura de elevada alavancagem financeira, que estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação. Suas controladas indiretas contam com contratos firmados de venda de energia de longo prazo que iniciaram seu suprimento de energia no segundo semestre de 2021.

A Administração elaborou um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera: (i) a negociação do vencimento das dívidas de curto prazo, conforme nota explicativa nº 29, “Eventos Subsequentes”, e (ii) aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente as suas obrigações.

Mudança de estimativa contábil

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as investidas indiretas da Companhia realizaram a revisão de vida útil de seus ativos e foi decidido por mudar a metodologia de cálculo da estimativa. Até então, as investidas utilizavam as taxas de vida útil conforme relatório da ANEEL. Com o objetivo de se aproximar mais do efetivo período ao qual o ativo estaria de fato entregando benefícios econômicos para a Companhia, a Administração entendeu que a unidade geradora de caixa do ativo é a própria estrutura construída, que somente na sua totalidade de funcionamento gera o benefício econômico esperado pela Companhia.

Dessa maneira, sem prejuízo do controle físico individual dos itens e equipamentos, a Companhia decidiu por controlar a depreciação do ativo em uma única taxa.

O projeto possui prazo de autorização de 35 anos e durante este período estará apta a gerar e vender energia. Porém, a Administração decidiu utilizar 30 anos para a vida útil estimada de seus ativos, seguindo o período de garantia de performance dos equipamentos, conforme contrato de aquisição dos mesmos. Desta maneira, apesar de ainda existir o benefício econômico em 35 anos, dado a limitação legal e orientação do CPC 27 – Ativo Imobilizado, os ativos devem ser depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada e o prazo de autorização.

Impacto no resultado

Seguindo o CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a alteração da taxa de depreciação tem um impacto prospectivo no resultado das SPEs, não afetando o resultado de exercícios anteriores da Companhia. Considerando os meses de janeiro a dezembro de 2023, o impacto foi uma redução na despesa de depreciação, no consolidado, de R\$7.658.

		<u>31.12.2023</u>
Despesa de depreciação	Taxa ANEEL	56.101
Despesa de depreciação	30 anos	<u>48.443</u>
Impacto total do Consolidado		<u><u>7.658</u></u>

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2024.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus, alocação do preço de aquisições societárias e definição de taxa de desconto nos contratos de arrendamento. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

e) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a IBH I e suas controladas, nas quais a IBH I detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

A participação nas controladas se apresenta da seguinte forma:

	Participação %	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Controlada direta</u>		
Sol do Sertão	100%	100%
<u>Controladas indiretas</u>		
OB I	100%	100%
OB II	100%	100%
OB III	100%	100%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na controladora e nas investidas.

3.2. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício.

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda esperada de créditos.

A provisão para perda esperada de créditos é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos, se necessário.

3.4. Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas investidas revisaram a metodologia de avaliação da vida útil dos ativos e foi realizada a alteração na estimativa dos ativos operacionais, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando a vida útil estimada do ativo. Nas investidas, a taxa de depreciação do ativo representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção da planta. A Companhia e suas investidas definiram uma vida útil de 30 anos, o qual representa o período estimado pela Administração dos benefícios econômicos do ativo, considerando a limitação legal e orientação do CPC 27 – Ativo Imobilizado, onde os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada e o prazo de autorização.

Os gastos incorridos que aumentam o valor, em caso de aquisições de sobressalente, ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados no resultado, quando incorridos.

3.5. Ativo intangível

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. A companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes a combinação de negócios. O saldo das controladas indiretas é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas.

3.6. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa ao final de cada período o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve a identificação de ativos passíveis de ajustes nos valores recuperáveis.

3.7. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.10. Arrendamentos

Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de--uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor.
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Companhia no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no exercício a que se referem.

3.11. Impostos de renda e contribuição social correntes

Na controladora e controlada direta, o método de apuração é o lucro real e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para Imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Nas controladas indiretas a tributação do imposto de renda e contribuição Social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.12. Encargos com energia elétrica

Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL, em 31 de dezembro de 2023 correspondem à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST), Encargos de Uso da Transmissão (EUST) e à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

3.13. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

- Classificação do ativo financeiro:

Após ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou; (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

- Custo amortizado:

Um ativo financeiro é classificado e mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA):

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR):

Todos os demais ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

- **Reconhecimento:**

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no exercício em que ocorrerem.

- **Mensuração:**

As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

3.16. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para as controladas da Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

4. ADOÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

(i) Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis Materiais	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01.01.2023

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01.01.2024

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Depósitos bancários	30	44	7.213	7.499
Aplicações financeiras (i)	<u>14.579</u>	<u>16.884</u>	<u>53.616</u>	<u>38.029</u>
	<u>14.609</u>	<u>16.928</u>	<u>60.829</u>	<u>45.528</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

- (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos à um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas por taxa de 99% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (99% a 100,5% em 31 de dezembro de 2022).

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") (i)	-	-	16.831	13.605
CCEE (ii)	-	-	-	298
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.831</u>	<u>13.903</u>

- (i) Contas a receber através principalmente de "Power Purchase Agreement" ("PPA") junto a Cemig. O contrato prevê a venda de energia incentivada com a CEMIG até dezembro de 2041.
- (ii) Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	16.831	13.605
Vencidos até:		
01 - 30 dias	-	-
91 - 180 dias	-	239
Acima de 180 das	-	59
	<u>16.831</u>	<u>13.903</u>

Em 31 de dezembro de 2023 não há registro de provisão para perdas esperadas de créditos.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas reservas (i)	-	-	44.981	44.314
	-	-	44.981	44.314

Os montantes apresentados referem-se a aplicações financeiras dadas em garantia:

- (i) Contas reservas, conforme contrato de empréstimo com o BNDES com vencimento de acordo com o contrato de financiamento e saldo ajustado de acordo com a variação do valor da parcela mensal da dívida. Remuneração de 31 de dezembro de 2023 foi de 97,09% do CDI (97,82% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

8. INVESTIMENTOS

a) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Em 31 de dezembro de 2023	Sol do Sertão	OBI	OBII	OBIII
Balanco Patrimonial resumido:				
Participação acionária	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	2.458	18.645	21.236	26.382
Ativo não circulante	328.161	451.425	480.888	378.997
Passivo circulante	34	23.013	19.982	16.253
Passivo não circulante	-	340.878	358.236	291.050
Patrimônio líquido	330.585	106.179	123.905	98.077
Demonstração de resultado resumida:				
Receita líquida de vendas	-	58.213	61.617	52.577
Prejuízo líquido	(31.073)	(14.962)	(10.976)	(5.257)
Em 31 de dezembro de 2022	Sol do Sertão	OBI	OBII	OBIII
Balanco Patrimonial resumido:				
Participação acionária	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	2.325	16.417	13.983	15.319
Ativo não circulante	359.358	468.064	498.342	392.947
Passivo circulante	25	22.973	19.773	15.968
Passivo não circulante	-	340.367	357.671	288.962
Patrimônio líquido	361.658	121.141	134.881	103.335
Demonstração de resultado resumida:				
Receita líquida de vendas	-	51.998	54.730	47.289
Prejuízo líquido	(63.032)	(25.392)	(21.606)	(16.119)

b) Movimentação do investimento:

Controlada	Valor do investimento em 31/12/2022	Adição (i)	Equivalência patrimonial	Contrato de autorização	Valor do investimento em 31/12/2023
Sol do Sertão	384.392	20.000	(31.073)	(722)	372.598
Total	384.392	20.000	(31.073)	(722)	372.598

Controlada	Valor do investimento em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Contrato de autorização	Valor do investimento em 31/12/2022
Sol do Sertão	448.326	(63.032)	(902)	384.392
Total	448.326	(63.032)	(902)	384.392

- (i) Em 26 de novembro de 2019, foi realizado o “Contrato de Compra e Venda de Quotas” (“Contrato”), entre a Companhia (Compradora) e a Energia Capital – Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda (“Energia Capital”) (Vendedora), por meio do qual a Compradora adquiriu do Vendedor 100% (cem por cento) do capital social total da investida Sol do Sertão Holding S.A..O Contrato estabeleceu, em contrapartida à alienação das Quotas, o pagamento do Preço de Aquisição, que deveria ser apurado e pago em duas parcelas, além do pagamento do “Prêmio pela Energia Adicional”, uma porcentagem da receita proveniente da energia gerada pelos Projetos, mediante atingimento de condições previamente estabelecidas entre as Partes no Contrato.

A Primeira Parcela do Preço de Aquisição (“Primeira Parcela”) foi integralmente quitada na data de fechamento. A segunda parcela do Preço de Aquisição e o pagamento do “Prêmio – Energia Adicional” foram objeto de divergência entre as Partes quanto aos critérios de cálculo, sobre o que deveria ou não integrar a base.

Foi então instaurado procedimento arbitral perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil-Canadá (“CAM-CCBC) onde, após rodadas de negociações, as Partes resolveram por transacionar acerca das divergências de maneira amigável, a fim de pôr fim a todos os litígios existentes e futuros relativos ao Contrato. Sem reconhecimento de responsabilidade ou culpa de qualquer das Partes.

Sendo assim, em 05 de janeiro de 2023, as Partes, de comum acordo, celebraram o Instrumento de Acordo, onde foi definido o valor total bruto de R\$20.000 a ser pago pela Compradora para fins de quitação dos valores devidos a título de Segunda Parcela conforme Contrato. Sobre o valor relativo ao “Prêmio - Energia Adicional”, o Vendedor renunciou ao direito de qualquer recebimento.

9. IMOBILIZADO

a) Composição do ativo imobilizado

<u>Imobilizado administrativo em serviço</u>	Taxa média Depreciação	Controladora	
		Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022
Máquinas equipamentos	20%	181	210
Edificações e benfeitorias	33%	-	68
Direito de uso - edificações (nota explicativa nº 14)	33%	1.114	135
Móveis e utensílios	10%	113	128
		<u>1.408</u>	<u>541</u>

<u>Imobilizado administrativo em serviço</u>	Taxa média Depreciação	Consolidado	
		Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022
Máquinas equipamentos	20%	181	210
Edificações e benfeitorias	33%	-	68
Direito de uso - edificações (nota explicativa nº 14)	33%	1.114	135
Móveis e utensílios	10%	113	128
		<u>1.408</u>	<u>541</u>

<u>Imobilizado operacional em serviço</u>		Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022
Planta Fotovoltaica(i)	30 anos	1.257.626	1.305.561
Sobressalentes	-	8.240	9.040
		<u>1.265.866</u>	<u>1.314.601</u>

Total		<u>1.267.273</u>	<u>1.315.142</u>
-------	--	------------------	------------------

(i) Refere-se ao total dos custos de construção, incluindo máquinas e equipamentos, edificações, benfeitorias e móveis e utensílios.

b) Movimentação do ativo imobilizado

<u>Imobilizado administrativo em serviço</u>	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2023
Máquinas equipamentos	210	47	(76)	181
Edificações e benfeitorias	68	-	(68)	-
Direito de uso - edificações (nota explicativa nº 14)	135	1.432	(454)	1.114
Móveis e utensílios	128	-	(15)	113
	<u>541</u>	<u>1.479</u>	<u>(613)</u>	<u>1.408</u>

<u>Imobilizado administrativo em serviço</u>	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2022
Máquinas equipamentos	226	55	(71)	210
Edificações e benfeitorias	285	-	(217)	68
Direito de uso - edificações (nota explicativa nº 14)	464	56	(385)	135
Móveis e utensílios	110	31	(13)	128
	<u>1.085</u>	<u>142</u>	<u>(686)</u>	<u>541</u>

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
<u>Imobilizado administrativo em serviço</u>						
Máquinas equipamentos	210	47	-	-	(76)	181
Edificações e benfeitorias	68	-	-	-	(68)	-
Direito de uso - edificações (nota explicativa nº 14)	135	1.432	-	-	(454)	1.113
Móveis e utensílios	128	-	-	-	(15)	113
	<u>541</u>	<u>1.479</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(613)</u>	<u>1.407</u>
<u>Imobilizado operacional em serviço</u>						
Planta Fotovoltaica (i)	1.305.561	-	-	528	(48.463)	1.257.626
Sobressalentes	9.040	-	(272)	(528)	-	8.240
	<u>1.314.601</u>	<u>-</u>	<u>(272)</u>	<u>-</u>	<u>(48.463)</u>	<u>1.265.866</u>
	<u>1.315.142</u>	<u>1.479</u>	<u>(272)</u>	<u>-</u>	<u>(49.076)</u>	<u>1.267.273</u>

(i) Refere-se ao total dos custos de construção, incluindo máquinas e equipamentos, edificações e benfeitorias.

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas (i)	Transferências	Depreciação	
<u>Imobilizado administrativo em serviço</u>						
Máquinas equipamentos	226	55	-	-	(71)	210
Edificações e benfeitorias	285	-	-	-	(217)	68
Direito de uso - edificações (nota explicativa nº 14)	464	56	-	-	(385)	135
Móveis e utensílios	110	31	-	-	(13)	128
	<u>1.085</u>	<u>142</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(686)</u>	<u>541</u>
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Máquinas equipamentos	1.356.943	10.392	-	(7.876)	(53.898)	1.305.561
Edificações e benfeitorias	6.577	2.929	(524)	58	-	9.040
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.363.520</u>	<u>13.321</u>	<u>(524)</u>	<u>(7.818)</u>	<u>(53.898)</u>	<u>1.314.601</u>
<u>Imobilizado em construção</u>						
Máquinas e equipamentos	1.011	4.179	-	(5.190)	-	-
Edificações	-	-	-	-	-	-
Sobressalentes	-	-	-	-	-	-
Serviços a ratear (i)	1.537	209	-	(1.746)	-	-
Adiantamentos a fornecedores (ii)	2.083	-	(2.083)	-	-	-
	<u>4.631</u>	<u>4.388</u>	<u>(2.083)</u>	<u>(6.936)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.369.236</u>	<u>17.851</u>	<u>(2.607)</u>	<u>(14.754)</u>	<u>(54.584)</u>	<u>1.315.142</u>

10. INTANGÍVEL

a) Composição do ativo intangível

	Taxas de Amortização	Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022
<u>Intangível administrativo em serviço</u>			
Software	20%	9	14
Total		9	14
<u>Intangível operacional em serviço</u>			
Software	20%	90	62
Servidões		376	376
Contrato de Autorização (*)		42.007	22.729
Ágio		5	5
Total		42.478	23.172
<u>Intangível administrativo em serviço</u>			
Software	20%	9	14
Total		9	14
Total do intangível		42.487	23.186

(*) Os contratos de autorização possuem vida útil definida de 35 anos, os intangíveis atrelados a eles são amortizados linearmente desde 2022. A adição de R\$20.000 no exercício de 31 de dezembro de 2023 é referente ao adicional do Preço de Aquisição da investida Sol do Sertão Holding S.A., conforme detalhado na nota explicativa nº 8.

b) Mapa de movimentação do ativo intangível

	Valor Líquido em 2021	Amortização	Valor Líquido em 2022	Amortização	Valor Líquido em 2023
<u>Intangível administrativo em serviço</u>					
Software	19	(5)	14	(5)	9
Total do intangível	19	(5)	14	(5)	9

	Valor Líquido em 2021	Baixas	Transferências	Amortização	Valor Líquido em 2022	Adições (*)	Amortização	Valor Líquido em 2023
<u>Intangível operacional em serviço</u>								
Software	79	-	-	(17)	62	45	(17)	90
Servidões	377	-	(1)	-	376	-	-	376
Contrato de Autorização	23.631	(902)	-	-	22.729	20.000	(722)	42.007
Ágio	5	-	-	-	5	-	-	5
Total	<u>24.092</u>	<u>(902)</u>	<u>(1)</u>	<u>(17)</u>	<u>23.172</u>	<u>20.045</u>	<u>(739)</u>	<u>42.478</u>
<u>Intangível administrativo em serviço</u>								
Software	19	-	-	(5)	14	-	(5)	9
Total	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>9</u>
Total do intangível	<u>24.111</u>	<u>(902)</u>	<u>(1)</u>	<u>(22)</u>	<u>23.186</u>	<u>20.045</u>	<u>(744)</u>	<u>42.487</u>

(*) Maiores detalhes sobre a adição de R\$20.000 no Contrato de Autorização, vide nota explicativa nº 8.

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	349	644	890	3.787
Provisões de fornecedores (i)	98	60	5.032	2.469
	<u>477</u>	<u>704</u>	<u>5.922</u>	<u>6.256</u>

- (i) Em 2023, correspondem a valores referentes a (a) R\$ 2.000 de estoque de terceiros, R\$ 1.400 de provisão de honorários advocatícios, R\$ 1.000 de compra de energia e cerca de R\$ 500 de provisão para gastos de O&M (operação e manutenção).

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	-	6	1.150	924
IRPJ e CSLL	1	-	1.695	1.329
ISS retido	-	-	16	15
ICMS	-	-	-	2
INSS retido	-	-	18	15
Outros impostos	12	2	38	40
	<u>13</u>	<u>8</u>	<u>2.917</u>	<u>2.325</u>

13. ENCARGOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de uso de rede elétrica	-	-	2.285	2.377
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	-	-	131	155
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.416</u>	<u>2.532</u>

14. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

a) Composição dos passivos de arrendamentos:

Contrato	Valor contratual	Data de início	Taxa de juros a.a.	Data final	Forma de pagamento	31/12/2023	31/12/2022
Aluguel sede	913	Mai./20	3,5%	Abr./23	Mensal	-	120
Aditivo aluguel sede	87	Mai./21	3,5%	Fev./23	Mensal	-	15
Aditivo aluguel sede	56	Mai./22	3,5%	Abr./23	Mensal	-	20
Aditivo aluguel sede	56	Mai./23	3,5%	Abr./26	Mensal	1.128	-
	<u>1.056</u>					<u>1.128</u>	<u>155</u>
Circulante						474	155
Não circulante						654	-

Os vencimentos das parcelas dos passivos de arrendamentos estão distribuídos como a seguir:

	<u>Consolidado</u>
2024	535
2025	518
2026	169
	<u>1.221</u>

Movimentação dos passivos de arrendamentos:

	<u>Controladora e Consolidado</u>					<u>Saldo em 31/12/2023</u>
	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros apropriados</u>	<u>Transferências</u>	
Aluguéis	155	778	(490)	31	-	474
Passivo circulante	155	778	(490)	31	-	474
Aluguéis	-	651	-	3	-	654
Passivo não circulante	-	651	-	-	-	654
Total	<u>155</u>	<u>1.429</u>	<u>(490)</u>	<u>34</u>	<u>-</u>	<u>1.128</u>

	<u>Controladora e Consolidado</u>					<u>Saldo em 31/12/2022</u>
	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros apropriados</u>	<u>Transferências</u>	
Aluguéis	397	56	(446)	13	135	155
Passivo circulante	397	-	(446)	13	135	155
Aluguéis	135	-	-	-	(135)	-
Passivo não circulante	135	-	-	-	(135)	-
Total	<u>532</u>	<u>56</u>	<u>(446)</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>155</u>

b) Arrendamento de controladas indiretas

As controladas indiretas da Companhia possuem contratos de arrendamento de terras nos parques solares, no município de Oliveira dos Brejinhos, BA. Estes contratos possuem remuneração vinculada a um percentual da receita bruta decorrentes da geração de energia dos empreendimentos (base variável não é aplicável o CPC 06) e apresenta vigência em torno de 40 anos.

15. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Ativo</u>				
Compartilhamento de custos:				
Essentia PCHs S.A.	7	729	7	729
Ventos de São Vitor 01	-	-	-	-
Energias Renováveis S.A.			-	10
Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.	75	-	75	-
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (i)	1.442	1.524	1.442	1.524
	<u>1.524</u>	<u>2.263</u>	<u>1.524</u>	<u>2.273</u>
<u>Resultado – receitas</u>				
Compartilhamento de custos:				
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (i)	14.524	14.938	14.524	14.938
	<u>14.524</u>	<u>14.938</u>	<u>14.524</u>	<u>14.938</u>

As principais operações entre partes relacionadas são:

- (i) Compartilhamento de custos – origem pela IBH I: refere-se a compartilhamento de custos referente a despesas gerais e folha de pagamento. Os valores são rateados na proporção de 50% entre as companhias IBH I e IBH IV.

Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração incluindo encargos e benefícios alocados na IBH I corresponde a R\$1.880 (R\$1.739 em 31 de dezembro de 2022). Os gastos são registrados na IBH I e rateados conforme indicado no item (i) acima.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Contratos

(i) BNDES

Em 30 de outubro de 2020, a Sol do Sertão assinou contrato com o BNDES, tendo como beneficiárias do crédito as controladas OB I, OB II e OB III. O total de recursos compreendido no contrato é de R\$910.000, integralmente desembolsados. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 4,18% ao ano.

O principal e juros da dívida deve ser pago ao BNDES em 273 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela vincenda em 15 de fevereiro de 2022. O vencimento do contrato é 15 de outubro de 2044. As linhas de crédito para as OB I, OB II e OB III foram disponibilizadas conforme a seguir:

- Crédito “A” - Investida OB I, recurso total de R\$313.272, composto por subcrédito A1 no valor de R\$250.618 e subcrédito A2 no valor de R\$62.654.
- Crédito “B” - Investida OB II, recurso total de R\$328.988 composto por subcrédito B1 no valor de R\$263.190 e subcrédito B2 no valor de R\$65.798.
- Crédito “C” - Investida OB III recurso total de R\$267.740 composto por subcrédito C1 no valor de R\$214.192 e subcrédito C2 no valor de R\$53.548.

(ii) CCB 1

Em 28 de maio de 2021, a Companhia captou o valor de R\$149.500, por meio de cédula de crédito bancário, junto ao Itaú. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 1,00% ao ano, com vencimento para 23 de maio de 2022.

Em 20 de maio de 2022, ocorreu um aditamento à CCB com o banco, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22 de fevereiro de 2023, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,35% ao ano.

Em 2 de fevereiro de 2023, ocorreu um novo aditamento à CCB com o banco, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22 de fevereiro de 2024, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,50% ao ano.

(iii) 1ª Emissão de Notas Comerciais

Em 23 de fevereiro de 2023, foi realizada a 1ª emissão de Notas Comerciais da IBH I, no valor de R\$319.500, com vencimento em 23 de fevereiro de 2024 e taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,50% ao ano.

(iv) CCB 2

Em 28 de abril de 2023 a companhia captou o valor de R\$5.000, por meio de cédula de crédito bancário, junto ao Santander. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,60% ao ano, com vencimento para 26 de abril de 2024.

b) Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Circulante</u>				
Empréstimos e Financiamentos	567.532	176.950	615.521	222.915
(-) Custo de Colocação de Dívidas	-	(405)	(534)	(964)
	<u>567.532</u>	<u>176.545</u>	<u>614.987</u>	<u>221.951</u>
<u>Não Circulante</u>				
Empréstimos e Financiamentos	-	-	993.776	992.826
(-) Custo de Colocação de Dívidas	-	-	(5.348)	(5.882)
			<u>988.428</u>	<u>986.944</u>
Total Empréstimos e Financiamentos	<u>567.532</u>	<u>176.545</u>	<u>1.603.415</u>	<u>1.208.894</u>

c) Composição de empréstimos e financiamentos

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	CCB 1	149.500	28/05/2021	CDI + 1,50% a.a.	Bullet	Bullet	22/02/2024	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada.	203.080	176.950	203.080	176.950
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	1ª Nota Comercial	319.500	23/02/2023	CDI + 1,50% a.a.	Bullet	Bullet	23/02/2024	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada.	358.932	-	358.932	-
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	CCB 2	5.000	28/04/2023	CDI + 2,60% a.a.	Bullet	Bullet	26/04/2024	Garantias Corporativa prestadas no âmbito do Revolving Credit Agreement celebrado inicialmente entre fundos geridos pelo Pátria.	5.519	-	5.519	-
Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A								(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da Sol do Sertão Holding, OB I, OB II e OB III; (ii) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes dos contratos, autorizações, contas reserva e contas centralizadores relativas ao projeto (iv) Fiança Bancária até a Conclusão do Projeto ¹ .				
Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A	BNDES	910.000	30/10/2020	IPCA + 4,18% a.a.	Mensal	Mensal	15/10/2044		-	-	1.041.766	1.038.790
Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A								(-) Custo de Colocação de Dívidas		(405)	(5.882)	(6.846)
									567.532	176.545	1.603.415	1.208.894

¹ Conclusão do Projeto obtida em julho de 2023 e fianças bancárias exoneradas.

d) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Controladora		
	Empréstimos e Financiamentos	(-) Custo de Colocação de Dívidas	Total
Saldo em 31/12/2021	424.043	(1.685)	422.358
Ingresso	49	-	49
Provisão de juros	51.372	-	51.372
Amortização de custos de colocação de dívida	-	1.280	1.280
Liquidação do principal	(264.000)	-	(264.000)
Liquidação dos encargos	(34.514)	-	(34.514)
Saldo em 31/12/2022	176.950	(405)	176.545
Ingresso	324.500	-	324.500
Provisão de juros	66.082	-	66.082
Amortização de custos de colocação de dívida	-	405	405
Saldo em 31/12/2023	567.532	-	567.532
Circulante			567.532
Não circulante			-
			<u>567.532</u>

	Consolidado		
	Empréstimos e Financiamentos	(-) Custo de Colocação de Dívidas	Total
Saldo em 31/12/2021	1.436.554	(8.707)	1.427.847
Ingresso	49	-	49
Provisão de juros	93.708	-	93.708
Amortização de custos de colocação de dívida	-	1.861	1.861
Atualização monetária	61.987	-	61.987
Liquidação do principal	(307.009)	-	(307.009)
Liquidação dos encargos	(69.548)	-	(69.548)
Saldo em 31/12/2022	1.215.741	(6.846)	1.208.895
Ingresso	324.500	-	324.500
Provisão de juros	108.462	-	108.462
Amortização de custos de colocação de dívida	-	964	964
Atualização monetária	48.593	-	48.593
Liquidação do principal	(45.243)	-	(45.243)
Liquidação dos encargos	(42.755)	-	(42.755)
Saldo em 31/12/2023	1.609.297	(5.882)	1.603.415
Circulante			614.987
Não circulante			988.428
			<u>1.603.415</u>

e) Fluxo nominal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2024	567.532	176.950	615.522	222.510
2025	-	-	46.575	44.195
2026	-	-	46.865	44.460
2027	-	-	47.166	44.735
2028	-	-	47.479	45.022
2029	-	-	805.690	814.412
	<u>567.532</u>	<u>176.950</u>	<u>1.609.297</u>	<u>1.215.335</u>

Refere-se à composição por ano de vencimento no valor bruto da dívida.

f) Custo de transação

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

g) Condições restritivas financeiras (“covenants”)

O financiamento com o BNDES obtido pelas investidas da Companhia possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou “ICSD”), a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na Sol do Sertão Holding S.A., com base nas demonstrações financeiras.

O cálculo é obrigatório a partir do exercício de 2023 considerando os dados de encerramento em 31 de dezembro de 2022, e ele deverá ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) para distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração anualmente. Em 31 de dezembro de 2023 o índice de 1,30 não foi atingido, entretanto não há nenhum impacto para vencimento antecipado da dívida, além dos assuntos mencionados nos itens (i) e (ii) acima.

17. DEBÊNTURES

a) Contrato

1ª Emissão de Debêntures

Em 25 de outubro de 2022, a Companhia captou o valor de R\$298.200, via sua 1ª emissão de debêntures, com vencimento para 10 de março de 2023. A dívida é composta por duas séries, sendo: (i) 1ª série no valor de R\$245.000, composta por principal e juros atualizados a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 1,40% ao ano e (ii) 2ª série no valor de R\$53.200, composta por principal e juros atualizados a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 1,20% ao ano. Ambas as séries foram quitadas antecipadamente, em 24 de fevereiro de 2023.

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	Debêntures	298.200	18/10/2022	CDI + 1,20% a 1,40% a.a.	Bullet	Bullet	10/03/2023	1ª Série: Garantias Corporativa prestadas no âmbito do Revolving Credit Agreement celebrado inicialmente entre fundos geridos pelo Pátria. 2ª Série: Standby Letter of Credit, no volume de USD 11.300 (-) Custo de Colocação de Dívidas	-	306.003	-	306.003
									-	306.003	-	306.003

b) Movimentação de debêntures

	Controladora e Consolidado		
	Debêntures	(-) Custo de Colocação de Dívidas	Total
Saldo em 31/12/2021			
Ingresso	298.200	-	298.200
Provisão de juros	7.803	-	7.803
Saldo em 31/12/2022	<u>306.003</u>		<u>306.003</u>
Saldo em 31/12/2022	306.003		306.003
Provisão de juros	6.600	-	6.600
Liquidação do principal	(298.200)	-	(298.200)
Liquidação dos encargos	(14.403)	-	(14.403)
Saldo em 31/12/2023	<u>-</u>		<u>-</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processo fiscal (a)	-	-	1.680	-
Reclamações trabalhistas (b)	-	-	57	57
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.737</u>	<u>57</u>

Movimentação da provisão para riscos:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	57	286
Adições	1.680	88
Pagamentos	-	(31)
Reversão de provisão	-	(286)
	<u>1.737</u>	<u>57</u>

(a) A investida indireta OB III, possui processo correspondente a questionamento sobre escrituração de notas fiscais em 2020 e 2021. A contrapartida foi o registro de um contas a receber com o antigo provedor de outsourcing fiscal, visto que conforme contrato em caso de perda o mesmo assumirá o custo, o valor da causa é de R\$1.637.

(b) A OBI foi incluída como parte em ação reclamationária trabalhista movida por ex-funcionário de empresa contratada para a fase de construção do Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão. Na ação são reclamadas verbas trabalhistas rescisórias e danos morais. A Administração da Companhia considera o prognóstico de perda como provável.

Riscos possíveis

A Companhia possui processo relativo ao questionamento da área considerada edificável do projeto para fins de expedição do alvará de construção. Através de emissão de pedido de liminar realizado pela Companhia, que foi deferido, o valor da taxa de expedição foi reduzido. A Companhia e seus assessores jurídicos consideram o prognóstico de perda como possível no valor de R\$ 1.130.

As controladas indiretas da Companhia possuem processo em fase administrativa correspondente a questionamento sobre recolhimento de ISS. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos consideram o prognóstico de perda como possível no valor de R\$ 2.500.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$850.000 (R\$750.001 em 31 de dezembro de 2022), representado por 850.000 ações (750.001 em 31 de dezembro de 2022). A composição do capital social por acionista é como se segue:

	<u>31/12/2023 e</u> <u>31/12/2022</u>
Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	<u>100%</u> <u>100%</u>

b) Alterações no capital social

Em 15 de setembro de 2023, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social no montante de R\$533.742 (representado por 533.747 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal) sem a restituição do montante, uma vez que o capital social objeto da redução não se encontra integralizado. Na mesma assembleia, foi aprovado um aumento do capital social de R\$633.741 mediante a subscrição privada de 633.741 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O montante de R\$ 21.999 foi integralizado em 15 de setembro de 2023, conforme quadro das demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

c) Resultado por ação

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício	(122.696)	(144.231)
Média ponderada de ações ordinárias	<u>779.315.422</u>	<u>679.315.568</u>
Prejuízos básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,1574)</u>	<u>(0,2123)</u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Geração de energia - contratada	-	-	180.528	161.119
Geração de energia - CCEE	-	-	15	491
	-	-	180.543	161.610
PIS	-	-	(1.168)	(1.050)
COFINS	-	-	(5.394)	(4.848)
TFSEE	-	-	(1.573)	(1.695)
	-	-	(8.136)	(7.593)
	-	-	172.407	154.017

21. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Compra de energia	-	-	(7.966)	(315)
Tarifa de uso do sistema de transmissão ("TUST") (i)	-	-	(26.945)	(26.038)
Custos com energia elétrica	-	-	(34.911)	(26.353)
Pessoal e encargos	-	-	(601)	(838)
Materiais	-	-	(713)	(1.120)
Serviços de terceiros	-	-	(9.744)	(7.936)
Prêmios de seguros	-	-	(2.379)	(1.649)
Arrendamento e aluguéis	-	-	(2.117)	(1.748)
Depreciação e amortização	-	-	(48.480)	(55.280)
Outros	-	-	(734)	(886)
Custos de operação	-	-	(64.768)	(69.457)
	-	-	(99.679)	(95.810)

- (i) Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL.

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	(13.731)	(14.481)	(13.731)	(14.481)
Materiais	(34)	(97)	(39)	(124)
Serviços de terceiros	(2.189)	(1.060)	(4.442)	(1.964)
Seguros	(14)	(70)	(14)	(70)
Provisão para contingências	-	-	(42)	229
Depreciação e amortização	(1.340)	(1.535)	(1.340)	(1.535)
Tributos	(17)	(2)	(17)	(24)
Arrendamentos e aluguéis	(190)	(183)	(209)	(279)
Outras despesas	(841)	(658)	(1.628)	(1.264)
	<u>(18.356)</u>	<u>(18.086)</u>	<u>(21.462)</u>	<u>(19.512)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos das aplicações financeiras	810	1.029	9.467	8.594
Tributos sobre receitas financeiras	(39)	(50)	(50)	(71)
Outras receitas financeiras	29	40	50	3.486
Total - Receitas financeiras	<u>800</u>	<u>1.019</u>	<u>9.467</u>	<u>12.009</u>
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(72.681)	(58.815)	(163.654)	(163.500)
Comissões, garantias e fianças (i)	(855)	(5.268)	(12.577)	(24.053)
IOF	(98)	-	(285)	(193)
Outras despesas financeiras	(433)	(49)	(704)	(277)
Total - Despesas financeiras	<u>(74.067)</u>	<u>(64.132)</u>	<u>(177.220)</u>	<u>(188.023)</u>
	<u>(73.267)</u>	<u>(63.113)</u>	<u>(167.753)</u>	<u>(176.014)</u>

- (i) Os valores de comissões reconhecidos no resultado financeiro referem-se substancialmente a custos de emissão de empréstimos e financiamentos captados e liquidados durante o ano e amortização dos custos de transação dos empréstimos e financiamentos ainda não liquidados.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(122.696)	(144.231)	(116.487)	(137.319)
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(41.717)	(49.039)	(39.606)	(46.688)
Equivalência patrimonial	(10.565)	(21.431)	-	-
Parcela não reconhecida de crédito tributário	52.282	70.470	39.580	46.673
Tributação pelo regime de lucro presumido	-	-	(6.235)	(6.897)
Despesas de IRPJ e CSLL	-	-	(6.209)	(6.912)
Alíquota efetiva	0%	0%	5%	5%

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

(i) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. As controladas da Companhia têm contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

(iii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

(iv) Risco de crédito

Refere-se ao risco do não cumprimento de obrigações contratuais da contraparte, levando a Companhia e controladas a incorrerem em perdas financeira devido a concentração de suas receitas de venda de energia em um único cliente. A Companhia e controladas têm a possibilidade de venda de energia no mercado de curto prazo, o que mitiga parte do risco de crédito, e suas políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

b) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. Com base nos dados disponíveis de mercado, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% dos instrumentos financeiros.

		Controladora					
		31/12/2023					
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		9,98%	7,49%	12,48%	4,99%	14,98%
	IPCA		3,86%	2,90%	4,83%	1,93%	5,79%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	14.579	1.455	1.092	1.819	728	2.183
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(567.532)	(56.659)	(42.494)	(70.823)	(28.329)	(84.988)
		Consolidado					
		31/12/2023					
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		9,98%	7,49%	12,48%	4,99%	14,98%
	IPCA		3,86%	2,90%	4,83%	1,93%	5,79%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	53.616	5.353	4.015	6.691	2.676	8.029
Títulos e valores mobiliários	CDI	44.981	4.491	3.368	5.613	2.245	6.736
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(567.532)	(56.659)	(42.494)	(70.823)	(28.329)	(84.988)
Empréstimos e Financiamentos	IPCA	(1.041.766)	(40.212)	(30.159)	(50.265)	(20.106)	(60.318)

c) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil

	Controladora		Mensuração a valor justo
	2023	2022	
<u>Ativos financeiros</u>			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalência de caixa	14.609	16.928	Nível 1
<u>Custos amortizado</u>			
Partes relacionadas	1.524	2.263	
<u>Passivos financeiros</u>			
Custos amortizado:			
Fornecedores	447	704	
Empréstimos e financiamentos	567.532	176.545	
Debêntures	-	306.003	
	Consolidado		Mensuração a valor justo
	2023	2022	
<u>Ativos financeiros</u>			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalentes de caixa	60.829	45.528	Nível 1
Títulos e valores mobiliários	44.981	44.314	Nível 2
Custos amortizado:			
Contas a receber	16.831	13.903	
Partes relacionadas	1.524	2.273	
<u>Passivos financeiros</u>			
Custos amortizado:			
Fornecedores	5.922	6.256	
Empréstimos e financiamentos	1.603.415	1.208.895	
Debêntures	-	306.003	

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

26. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Constituição de arrendamento no imobilizado	1.432	56	1.432	-
Provisão para contingência	-	-	1.637	-
Provisões de fornecedores	38	60	2.563	1.146
	<u>1.470</u>	<u>116</u>	<u>5.632</u>	<u>1.146</u>

28. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas refere-se principalmente a riscos operacionais, D&O, responsabilidade civil, riscos de engenharia, obras em construção e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 5 de fevereiro de 2024, a IBH I liquidou antecipadamente a CCB 2, no valor total de R\$5.953.

Em 9 de fevereiro de 2024, ocorreu um novo aditamento à CCB 1 com o banco, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22 de agosto de 2025, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 2,75% ao ano.

Em 14 de fevereiro de 2024, ocorreu um aditamento à 1ª emissão de Notas Comerciais da IBH I, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22 de agosto de 2025, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 2,75% ao ano.

Em 20 de fevereiro de 2024, a IBH I captou o valor de R\$100.000, via sua 2ª emissão de debêntures, com vencimento para 19 de fevereiro de 2025 e taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 2,60% ao ano.